



PANORAMA FISCAL

**Publicação do Observatório de
Finanças Públicas do Ceará | Office**

Análise das finanças públicas do estado do
Ceará no quinto bimestre de 2017

Francisco Lúcio Mendes Maia
Gabriel Rodrigues Barroso
Gerson da Silva Ribeiro
Nazaré Chaves Freire

Ano 3, V. 13
Nov | Dez 2017



EDIÇÕES
FUNDAÇÃO SINTAF

A Série Panorama Fiscal é uma publicação bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice), um centro de estudos e pesquisas instituído pela Fundação Sintaf e patrocinado pelo Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) e pela Associação de Aposentados Fazendários do Ceará (AAFEC) que se propõe a analisar de forma científica e independente a situação fiscal do Estado do Ceará e dos municípios cearenses.

Neste intuito, a Panorama Fiscal tem como objetivo principal realizar a análise histórica dos indicadores econômico-financeiros do Estado do Ceará, utilizando diversas fontes disponíveis, comparando os índices analisados com os mesmos indicadores de outras unidades federadas, contribuindo, assim, com a transparência e o controle social.

Análise das finanças públicas do estado do Ceará no quinto bimestre de 2017

Francisco Lúcio Mendes Maia¹
Gabriel Rodrigues Barroso²
Gerson da Silva Ribeiro³
Nazaré Chaves Freire⁴

¹ Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Ofice.

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Ofice.

³ Graduando em Finanças pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Ofice.

⁴ Graduada em Administração, MBA em Administração Financeira e graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Pesquisadora Júnior do OFICE.



Diretoria Executiva

Alexandre Sobreira Cialdini
Diretor Geral
alexandre.cialdini@fundacaosintaf.org.br

Saulo Moreira Braga
Diretor Administrativo-Financeiro
saulo.braga@fundacaosintaf.org.br

Germana Parente Neiva Belchior
Diretora Técnico-Científica
germana.belchior@fundacaosintaf.org.br

Susie de Pontes Lima Marino
Diretora de Cidadania, Inclusão Social e Cultura
susie.lima@fundacaosintaf.org.br

Conselho Curador

Valéria Passos Brasil
Presidente
valeria.brasil@fundacaosintaf.org.br

Francisco Ozanan Bezerra de Moraes
1º Secretário
ozanan.moraes@fundacaosintaf.org.br

Lúcia de Fátima Dantas Muniz
2ª Secretária
lucia.muniz@fundacaosintaf.org.br

Fundação Sintaf
Rua Padre Mororó, 952 - Centro
CEP: 60015-220
www.fundacaosintaf.org.br
fundacao@fundacaosintaf.org.br

Fortaleza - Ceará - Brasil



**Publicação do Observatório de
Finanças Públicas do Ceará | Office**

A Série Panorama Fiscal, com idioma oficial a língua portuguesa, é uma publicação oficial bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office), instituído pela Fundação Sintaf de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Cultural

Ano 3, V. 13, Nov | Dez 2017
Série Eletrônica disponível em:
fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal

Análise das finanças públicas do estado do Ceará no quinto bimestre de 2017

Os conceitos e opiniões emitidos nesta Série são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a opinião das instituições envolvidas.

Conselho Editorial

Alexandre Sobreira Cialdini
Carlos Eduardo dos Santos Marino
Francisco Lúcio Mendes Maia
Germana Parente Neiva Belchior
Saulo Moreira Braga

Responsabilidade Editorial

Edições Fundação Sintaf

Projeto Gráfico e diagramação

Rachel Lima - LocTab: Locação de Tablets e Desenvolvimento de Ideias

P195 Panorama Fiscal : Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office) / Fundação Sintaf. - v. 13 (2017) - . - Fortaleza-CE : Edições Fundação Sintaf, Nov./Dez. 2017.

Bimestral
Série eletrônica disponível em:
<http://fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal>
ISSN: 2447-8105.

1. Finanças públicas - Ceará. 2. Administração tributária.
3. Contabilidade pública. 4. Ceará - Indicadores econômicos.

CDU: 35

SUMÁRIO

1 Introdução	08
2 Receitas Correntes	09
3 Despesas Correntes	13
4 Receitas de Capital	18
5 Despesas de Capital	21
6 Resultado Primário e Dívida Pública	25
7 Considerações Finais.....	28
Referências	30
Apêndice I	30
Apêndice II	33

RESUMO

A crise fiscal das unidades federativas brasileiras, iniciada no final de 2014, permanece presente nesse ano de 2017, provocando inclusive a insolvência de alguns estados da Federação. Os entes federados em crise apresentam problemas estruturais, entretanto, a principal causa da crise é a redução das receitas, motivada pela retração da economia, e de benefícios fiscais, sem levar em consideração o custo-benefício. Os ajustes realizados objetivando ampliar as receitas e otimizar as despesas ainda não foram suficientes para debelar a crise. O baixo nível de endividamento e a existência de capacidade de poupança permitem ao Ceará enfrentar com razoável tranquilidade a redução das receitas, no entanto, a restrição orçamentária pelo lado das receitas já impacta diretamente os investimentos, que permanecem elevados, mas foram significativamente reduzidos em 2015 e 2016. Diante deste cenário, este artigo discute a evolução dos principais indicadores da gestão fiscal do estado do Ceará, utilizando a auto comparação ao longo do período de 2012 a 2017. Por meio de pesquisa de natureza predominantemente quantitativa, com base nos relatórios fiscais publicados nos portais das unidades federativas e no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os dados são analisados de forma descritiva e comparada. Diante disto e sem menosprezar políticas que busquem uma maior eficiência no gasto público, a superação da crise fiscal exige a adoção de políticas fiscais voltadas para a elevação da receita, em especial, uma melhor gestão da administração tributária e a revisão de incentivos e benefícios fiscais ineficientes concedidos ao setor produtivo. Ressalta-se que para 2018, esperam-se melhoras na economia brasileira e que seus impactos nas economias dos entes federados sejam positivos.

PALAVRAS-CHAVE

Finanças Públicas; Crise Fiscal; Contabilidade Pública; Estado do Ceará.

ABSTRACT

The fiscal crisis of the Brazilian federal units, begun at the end of 2014, remains present in that year of 2017, provoking even the insolvency of some states of the Federation. The federated entities in crisis present structural problems, however, the main cause of the crisis is the reduction of revenues, motivated by the economic recession, and tax benefits, without taking into account the cost-benefit. The adjustments made to increase revenues and optimize expenses have not yet been sufficient to overcome the crisis. The low level of indebtedness and the existence of savings capacity allow Ceará to face with reasonable tranquility the reduction of revenues, however, the budget constraint on the revenue side already has a direct impact on the investments, which remain high, but were significantly reduced in 2015 and 2016. Given this scenario, this article discusses the evolution of the main indicators of the fiscal management of the state of Ceará, using the self-comparison over the period from 2012 to 2017. Through research of a predominantly quantitative nature, based on fiscal reports published in the portals of the federative units and on the website of the National Treasury Secretariat of the Ministry of Finance, the data are analyzed in a descriptive and comparative way. In view of this, and without neglecting policies that seek greater efficiency in public spending, overcoming the fiscal crisis requires the adoption of fiscal policies aimed at raising revenue, especially better management of the tax administration and review of incentives and tax benefits production. It is noteworthy that by 2018, improvements are expected in the Brazilian economy and that its impacts on the economies of the federated entities are positive.

KEYWORDS

Public Finance; Fiscal Crisis; Public Accounting; State of Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Desde 2014, os indicadores relativos à gestão fiscal das unidades federativas brasileiras apresentam sensível deterioração. A recessão econômica brasileira, iniciada no segundo trimestre de 2014, impacta negativamente as receitas próprias dos estados e em maior intensidade, devido a desonerações tributárias, as transferências recebidas da União.

Por outro lado, o crescimento da inflação em 2015 pressionou os gastos públicos estaduais que são rígidos e têm forte correlação com o nível de preços da economia. No caso específico do Ceará, os efeitos negativos da crise econômica só foram efetivamente observados a partir do segundo semestre de 2015, entretanto, sinais de mudanças estruturais nas finanças públicas do Estado podem ser observados desde 2012. Em 2015, o Ceará realizou um ajuste fiscal, reduzindo as despesas de custeio e incrementando as receitas próprias. Neste momento, aproveitando o baixo nível de endividamento, o Ceará busca alongar sua dívida pública e, conseqüentemente, reduzir seu custeio.

Neste momento, também está tramitando no Congresso Nacional um conjunto de reformas visando diminuir a atuação do governo e seus gastos sociais, impactando diretamente no conflito distributivo entre as camadas sociais. A limitação dos gastos da União, que atinge inclusive os investimentos, estabelecerá uma nova restrição em relação à atuação do Governo Federal no financiamento de obras de infraestrutura nas regiões mais pobres. Considerando a rigidez das despesas estaduais e redução de despesas efetivadas em 2015 e 2016, somente a retomada do crescimento econômico poderá eliminar o problema fiscal do Estado do Ceará.

A crise fiscal atinge todos os governos estaduais e municipais, entretanto, as dificuldades enfrentadas pelos entes federativos variam intensamente em grau. Os estados com melhor gestão fiscal no passado, estando o Ceará incluído entre eles, encontram-se em situação privilegiada, já que seu baixo nível de endividamento e alto nível de poupança permitem manter os governos em situação de solvência. Entretanto, mesmo esses governos não passam imunes pela crise e são forçados a realizar o ajuste fiscal, reduzindo o nível de investimento, o que retroalimenta a retração da economia.

Este artigo tem por objetivo analisar a evolução dos principais indicadores da gestão fiscal do Estado do Ceará no ano de 2017. Por meio de pesquisa de natureza predominantemente quantitativa, com base nos relatórios fiscais publicados nos portais das unidades federativas e no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os dados são analisados de forma descritiva e comparada, a partir de diversos indicadores específicos.

O presente trabalho está estratificado em sete seções, além desta Introdução. A segunda seção apresenta as receitas correntes no período de janeiro de

2012 a outubro de 2017. Na seção seguinte, a análise é realizada sobre as despesas correntes. As duas seções posteriores avaliam as receitas de capital e posteriormente as despesas de capital. A sexta seção discute o resultado primário, o serviço da dívida e a dívida consolidada. E por último as considerações finais.

2 RECEITAS CORRENTES

Analisar as finanças do Ceará é de primordial importância para o acompanhamento e a busca de alternativas que colaborem para o crescimento e desenvolvimento do estado, pois uma gestão participativa é essencial para a transparência, fortalecimento e melhoria do sistema.

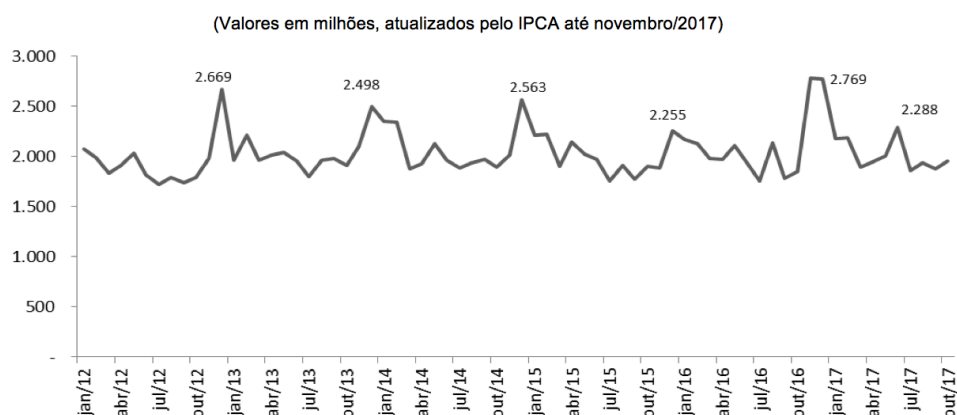
Observar as externalidades positivas e negativas e as medidas adotadas internamente em busca de uma correção sistemática, trará eficiência, fazendo com que o estado cumpra o seu papel social clássico e o de agente regulador da economia, criando assim as condições necessárias para a melhoria contínua do Governo de modo a transpor os obstáculos na realização das demandas da sociedade.

Feitas essas considerações e tendo como parâmetro a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/2000) que, além do planejamento e controle dos recursos, busca o equilíbrio entre receitas e despesas, descreve-se a seguir, o cenário das Receitas e Despesas Correntes do estado do Ceará num intervalo temporal de seis anos.

A presente análise terá início com as receitas correntes, onde se apresenta sua evolução a partir do ano de 2012 até o 5º bimestre de 2017.

No ano base de 2012, o valor real, ou seja, atualizado pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi de R\$ 23,3 bilhões. Em 2013, o valor arrecadado foi de R\$ 24,3 bilhões, um crescimento de 4,53%. No ano de 2014, esse percentual foi de 6,48%, o que representou o total, em reais, de R\$24,9 bilhões. No ano subsequente de 2015, o valor foi de R\$ 23,9 bilhões, demonstrando uma discreta evolução de 2,61%. Em 2016, as receitas totalizaram R\$25,3 bilhões, com um incremento de 8,65%.

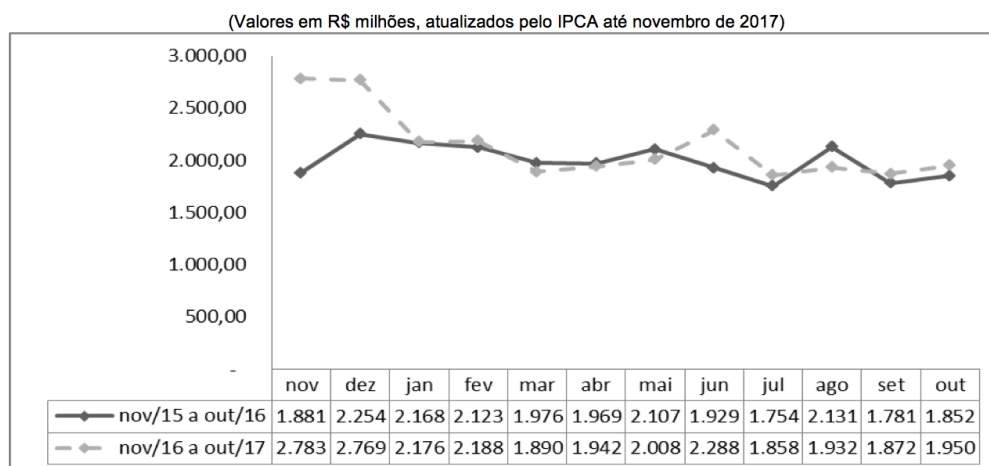
Em 2017, o valor real da receita realizada entre janeiro e outubro totalizou o valor de R\$ 20,1 bilhões, representando um crescimento de 7,62%, tendo como referência os 5 primeiros bimestres de 2012. Ver gráfico 1.

Gráfico 1- Receita Corrente do Estado do Ceará (janeiro/2012 a outubro/2017)

Fonte: Elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)- SEFAZ/CE.

No gráfico 2 que segue abaixo, é demonstrada a comparação do acumulado dos últimos 12 meses, que compreende o período que vai de novembro de 2015 a outubro de 2016, onde a arrecadação foi de R\$23,9 bilhões, e o segundo período, que é de novembro de 2016 a outubro de 2017, gerando uma receita de R\$ 25,7 bilhões, portanto, o crescimento foi de 7,22%.

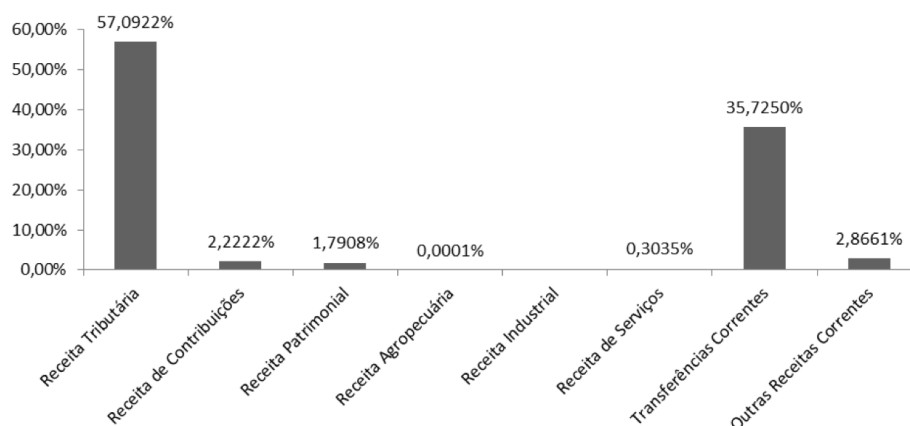
Verifica-se que nos meses de setembro e outubro de 2017, houve uma melhora em relação à arrecadação do mesmo período do ano anterior. Para os 5 primeiros bimestres de 2017 a evolução nas receitas correntes do estado foi de 1,57%, isso em relação ao mesmo período do ano de 2016.

Gráfico 2- Receita Corrente do Ceará – (novembro de 2015 a outubro de 2016 X novembro de 2016 a outubro de 2017)

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

No gráfico seguinte temos os componentes que integram a receita corrente no acumulado de janeiro a outubro de 2017, onde é possível observar a participação da arrecadação gerada individualmente por todos os elementos integrantes dos rendimentos correntes realizados no estado.

Gráfico 3- Composição da Receita Corrente (janeiro a outubro/ 2017)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Os itens que tem uma maior relevância são as receitas tributárias e as transferências correntes.

A receita tributária é composta por cinco elementos: Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação (ITCD); o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRFF); e Outras Receitas Tributárias. Esses componentes representaram individualmente, até o 5º bimestre de 2017, respectivamente 80,04%; 6,97%; 0,46%; 6,78%; 5,72% da receita tributária arrecadada.

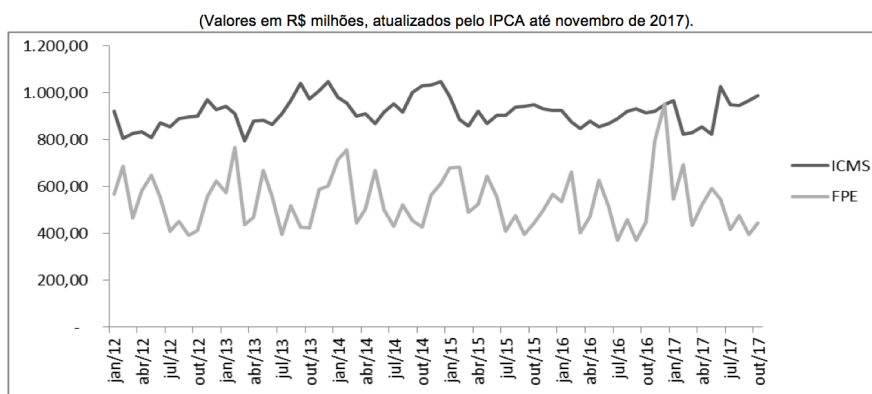
A participação das Receitas Tributárias alcançou 57,09% da receita corrente arrecada, totalizando em valores reais R\$11,4 bilhões, impulsionada principalmente pelo ICMS.

No que diz respeito às transferências correntes, essas representam a seguinte composição: cota-parte do FPE; transferências da L.C. 87/1996; transferência da L.C.61/1989; transferência do FUNDEB; e outras transferências correntes. Sua participação em relação ao total das receitas correntes (de janeiro a outubro de 2017) foi de 35,72%, que em valores reais totalizou R\$ 7,1 bilhões.

No gráfico 4, examinou-se a trajetória dos últimos 70 meses das duas receitas mais representativas do estado: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de

Telecomunicações (ICMS) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE), previsto no art.159 da Constituição Federal. Essas duas arrecadações juntas tiveram uma participação de 73,3% de contribuição nas receitas correntes no 5º bimestre.

Gráfico 4- ICMS e FPE do Estado do Ceará (janeiro de 2012 a outubro de 2017)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)-SEFAZ/CE.

O ICMS, nos cinco primeiros bimestres de 2017, teve um aumento de 3,06% em comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 9,1 bilhões. Essa trajetória permite visualizar uma tendência à recuperação que foi iniciada em junho de 2017, após o declínio ocorrido em maio do mesmo ano. Já no acumulado dos últimos 12 meses a variação foi positiva de 2,66%.

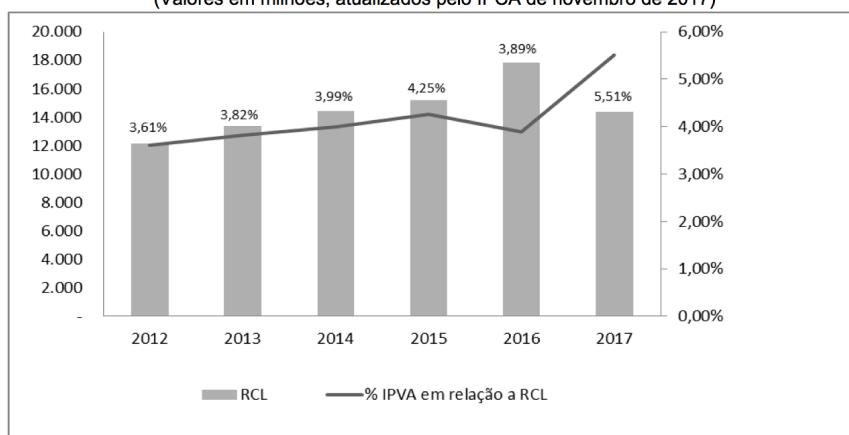
No que se refere à arrecadação do FPE, onde o Estado recebe recursos provenientes da União, percebe-se a volatilidade, o que está associado diretamente ao Governo Federal e à crise financeira e política que vem sendo enfrentada. Nos últimos cinco bimestres de 2017, houve um crescimento de 4,11% em relação aos cinco primeiros bimestres de 2016, saltando de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 5 bilhões.

No tocante ao IPVA, ele foi um tributo que se destacou, mesmo com um peso menor na estrutura das receitas do estado. Nessa receita, houve uma variação positiva de 12,49% no período compreendido de janeiro a outubro de 2017, usando como referência o mesmo período do ano anterior.

Esse fato pode ser explicado por alguns ajustes feitos pelo estado como, por exemplo, a redução da alíquota para alguns veículos, a isenção para outros e o programa de recuperação fiscal (REFIS).

Gráfico 5 – IPVA Ceará (janeiro de 2012 a outubro de 2017)

(Valores em milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017)



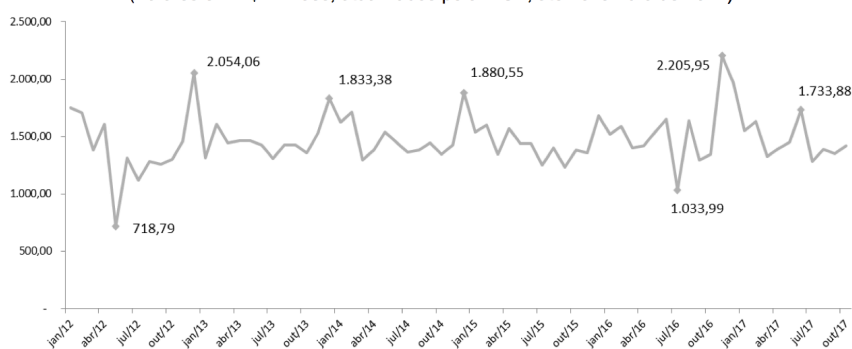
Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE

Os dados apresentados no gráfico 6 permitem visualizar o desempenho da arrecadação líquida, onde temos o crescimento da Receita Corrente Líquida em 2016 e 2017. O Ceará contabilizou, no 5º bimestre de 2017, R\$2,8 bilhões, sendo que, no mesmo período em 2016, o valor foi de R\$ 2,7 bilhões, ou seja, um aumento de 5,26%.

Quanto à taxa de crescimento acumulada nos últimos 12 meses, tendo como base igual período imediatamente anterior, o crescimento foi de 7,13%.

Gráfico 6 – Receita Corrente Líquida (janeiro/2012 a outubro /2017)

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA, até novembro de 2017).



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Na tabela 1 são evidenciadas as receitas correntes, RCL, ICMS e FPE em valores reais de alguns dos principais indicadores da arrecadação no acumulado do ano, no período de janeiro a outubro de 2017 frente a igual período do ano anterior.

Tabela 1 - Síntese das Receitas Correntes – Resultados Acumulados no Ano

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017).

Descrição	Acumulado no Ano		Δ%
	Até 5º bim./2016	Até 5º bim./2017	
Receita Corrente	19.796,65	20.107,36	1,57%
RCL	14.433,73	14.542,86	0,76%
ICMS	8.913,64	9.186,02	3,06%
FPE	4.870,42	5.070,37	4,11%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Na tabela 2 evidencia-se a variação positiva da RCL, ICMS e FPE de 7,13%, 2,66% e 14,83%, respectivamente, no comparativo com o acumulado que vai de novembro de 2015 a outubro de 2016.

Tabela 2 - Síntese das Receitas Correntes – Resultados Acumulados nos Últimos 12 meses

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017).

Descrição	Acumulado no Ano		Δ%
	6º bim./2015 ao 5º bim./2016	6º bim./2016 ao 5º bim./2017	
Receita Corrente	23.932,79	25.660,18	7,22%
RCL	17.472,63	18.718,65	7,13%
ICMS	10.774,13	11.061,17	2,66%
FPE	5.938,92	6.819,85	14,83%

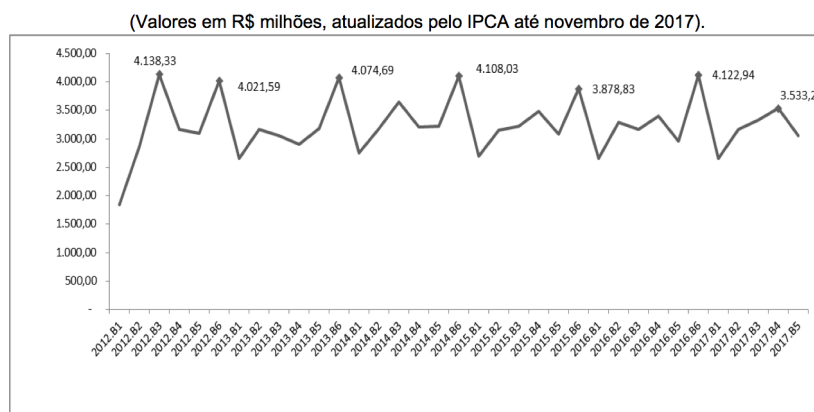
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

3 DESPESAS CORRENTES

A composição das despesas correntes se dá através dos gastos com pessoal, juros e encargos da dívida pública, das transferências aos municípios e dos demais gastos correntes, sendo de fundamental importância, pois essa despesa advém da necessidade do funcionamento adequado da máquina pública. Analisá-la é exercer a cidadania e tomar consciência das demandas do estado.

O gráfico 7 evidencia as Despesas Correntes bimestrais no período compreendido entre o 1º bimestre de 2012 até o 5º bimestre de 2017, compreendendo uma parcela importante dos gastos públicos.

Gráfico 7 – Despesas Correntes do Ceará (Exceto Despesas Intra-Orçamentárias) - 1º bimestre de 2012 ao 5º bimestre de 2017



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

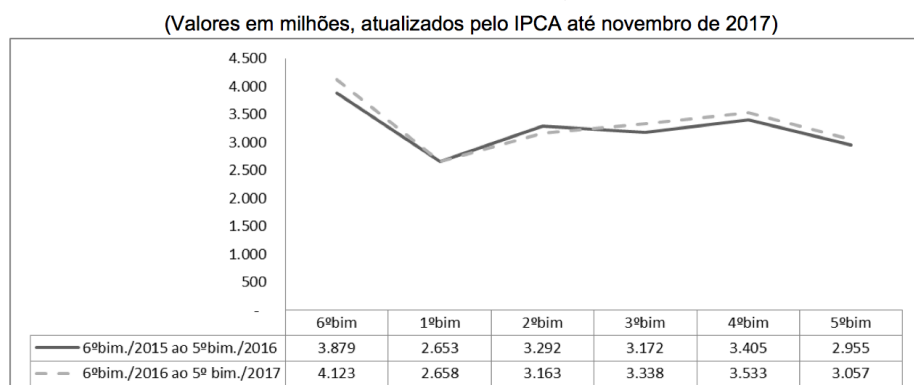
Na análise das despesas se percebe uma elevação nos períodos compreendidos em novembro e dezembro, ou seja, no 6º bimestre de cada ano.

No ano de 2012, o valor das despesas foi de R\$19,1 bilhões; em 2013 foi de R\$19 bilhões, valor esse inferior a 2012; no ano de 2014 a despesa foi de R\$20,1 bilhões; em 2015 e 2016, os valores foram respectivamente de R\$19,5 bilhões e R\$19,6 bilhões e o custo em 2017 até o 5º bimestre, foi totalizado em R\$15,8 bilhões, em valores reais.

No 5º bimestre de 2017, as despesas cresceram 3,43%, totalizando R\$3 bilhões e representando 79,96% das receitas correntes.

No acumulado dos últimos 12 meses, houve uma variação real de 2,67%, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 8 – Despesas Correntes do Ceará (Exceto Despesas Intra-Orçamentárias) - novembro de 2015 a outubro de 2016 X novembro de 2016 a outubro de 2017



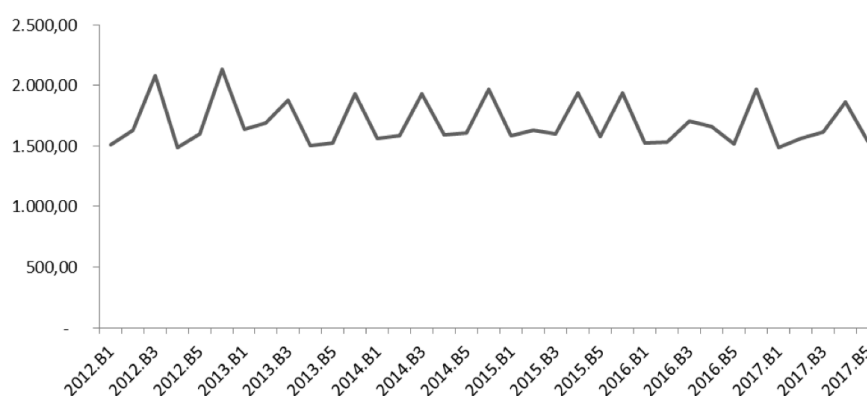
Fonte: Elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)-SEFAZ/CE.

O gráfico 9 revela a evolução com os gastos de pessoal, sendo um dos gastos que causa maior impacto nas finanças públicas do estado.

É sabido que há uma preocupação do estado em modernizar a máquina pública, valorizando os servidores e recompondo os seus quadros. Essas medidas, no médio e longo prazo, irão contribuir para melhorar o desempenho da administração pública estadual, cujos reflexos serão benéficos para a sociedade e para o desenvolvimento econômico estadual.

Gráfico 9 – Gastos com Pessoal e Encargos Sociais- 1º bimestre de 2012 ao 5º bimestre de 2017

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até novembro/2017).



Fonte: Elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)-SEFAZ/CE.

Observa-se a partir de 2012, que a trajetória das despesas com a folha de pagamento dos servidores públicos estaduais se manteve estável. Há uma variação de 1,68% quando o referencial são os cinco primeiros bimestres do ano de 2016, comparados com os cinco primeiros bimestres de 2017.

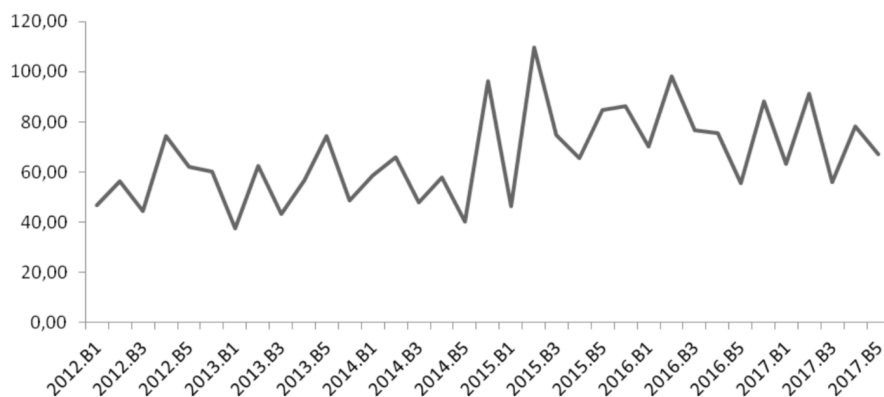
Os dados indicam que os gastos com pessoal e encargos sociais no 5º bimestre cresceram 1,58%, totalizando R\$1,6 bilhão. Desse modo, os gastos com a folha do funcionalismo foram de 50,5% das despesas correntes.

O gráfico 10 mostra a evolução dos juros e encargos da dívida pública estadual. Os dados indicam que ocorreu uma redução de 4,10% no intervalo de novembro de 2016 a outubro de 2017, quando comparado com igual período imediatamente anterior.

Observa-se uma trajetória declinante tanto quando comparado com o intervalo de um ano, como também quando o período considerado são os 5 primeiros bimestres de 2017, isso em relação a 2016. O percentual é de -5,52%.

Gráfico 10 – Juros e Encargos da Dívida (1º bimestre de 2012 ao 5º bimestre de 2017)

(Valores em milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)-SEFAZ/CE.

A tabela 3 aponta os valores registrados com despesas correntes, pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida no acumulado dos últimos cinco bimestres de 2016 e 2017.

Tabela 3 - Síntese das Despesas Correntes – Resultados Acumulados no Ano

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017)

Descrição	Acumulado no Ano		Δ%
	Até 5º bim./2016	Até 5º bim./2017	
Despesa Corrente	15.476,72	15.748,70	1,76%
Pessoal e Encargos Sociais	7.942,84	8.076,39	1,68%
Juros e Encargos da Dívida	376,76	355,98	-5,52%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Os indicadores das despesas correntes no acumulado dos últimos 12 meses estão assinalados no quadro 4, que trata dos valores reais e percentuais no período compreendido de novembro de 2015 a outubro de 2016 e de novembro de 2016 a outubro de 2017. Observa-se as variações da despesa corrente de 2,67%, as despesas com pessoal e encargos sociais de 1,66% e o recuo de 4,10% dos juros e encargos da dívida.

Tabela 4 - Síntese das Despesas Correntes – Resultados Acumulados nos Últimos 12 meses

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017)

Descrição	Acumulado no Ano		Δ%
	6º bim./2015 ao 5º bim./2016	6º bim./2016 ao 5º bim./2017	
Despesa Corrente	19.355,55	19.871,64	2,67%
Pessoal e Encargos Sociais	9.883,81	10.047,73	1,66%
Juros e Encargos da Dívida	463,18	444,19	-4,10%

Fonte: Elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)-SEFAZ/CE.

A partir da análise dos indicadores apresentados, ressalta-se a importância de políticas orientadas para o crescimento e melhora do desempenho econômico.

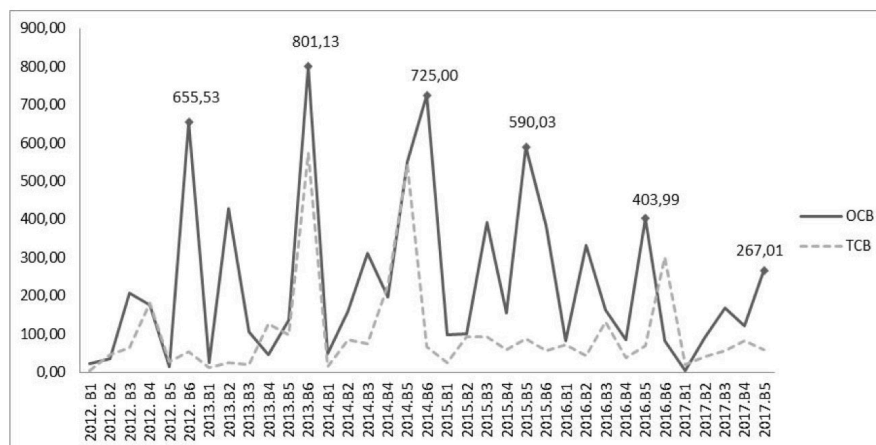
4 RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital apresentaram, até o quinto bimestre de 2017, um resultado acumulado de R\$ 928,99 milhões em valores reais. Como era de se esperar, as operações de crédito e as transferências de capitais continuam sendo as principais fontes de receitas de capital, totalizando 100% destas no quinto bimestre. Entretanto, ao compararmos o quinto bimestre de 2017 com o quinto bimestre de 2016, verificou-se uma queda real de 31,44% nas receitas auferidas pelo Estado.

O gráfico 11 apresenta o comportamento das duas principais fontes de receita de capital entre o primeiro bimestre de 2012 até quinto bimestre de 2017.

Gráfico 11 – Receitas de Capital do Estado do Ceará – 1º Bim./2012 a 5º Bim./2017

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até novembro/2017)



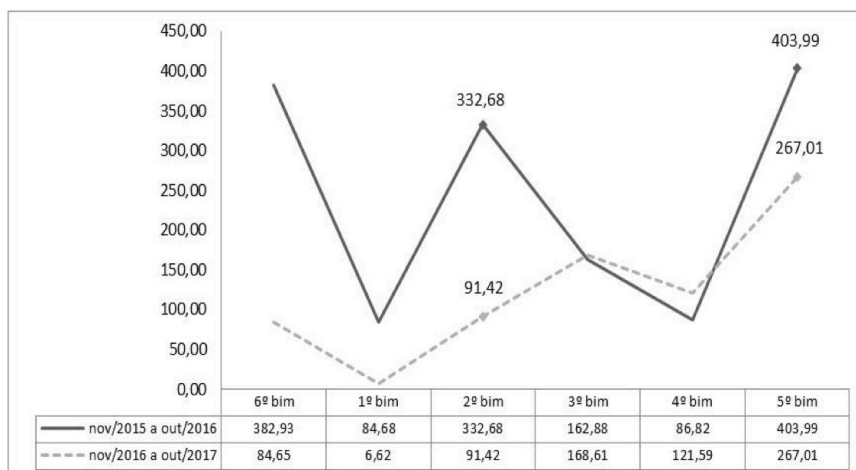
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Percebe-se que, a partir de 2013, os maiores resultados bimestrais das operações de crédito de cada ano vêm se reduzindo. No primeiro bimestre de 2017, as operações de crédito alcançaram menor resultado desde 2012, R\$ 6,62 milhões em valores reais. Porém, existe uma tendência de aumento nas receitas de capital em relação ao primeiro bimestre de 2017, principalmente impulsionada pelas operações de crédito. Todavia, os resultados ainda se mostram bem inferiores ao nível anterior da crise fiscal da União instaurada em 2015.

Os gráficos 12 e 13 mostram o comportamento dos últimos doze meses das variáveis em questão, comparando com o período equivalente anterior.

Gráfico 12 - Operações de crédito – novembro/2015 a outubro/2016 X novembro/2016 a outubro/2017

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até novembro/2017)

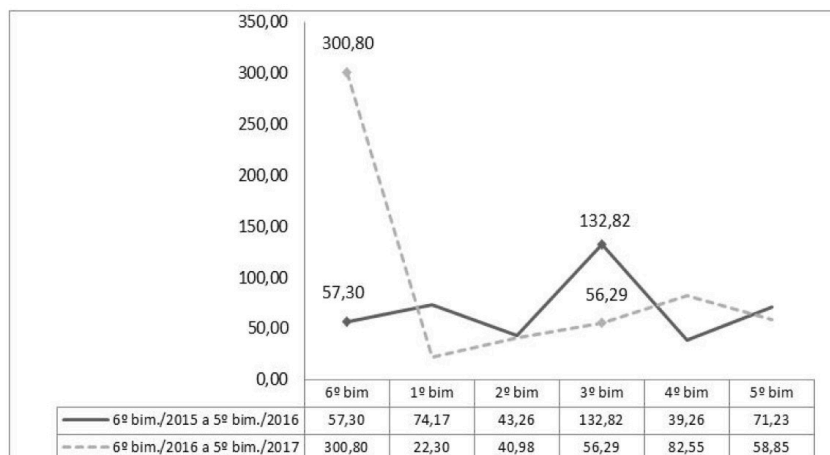


Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Apesar do crescimento das operações de crédito em 2017, verifica-se que no acumulado dos últimos doze meses, houve uma redução real de 49,11%. No quinto bimestre de 2017, se comparado com mesmo período de 2016, a diferença nas operações de crédito é menor, porém verificou-se uma redução de 33,91% em termos reais.

Gráfico 13 - Transferências de Capital – novembro/2015 a outubro/2016 X novembro/2016 a outubro/2017

(Valores em R\$ milhões, atualizadas pelo IPCA até novembro/2017)



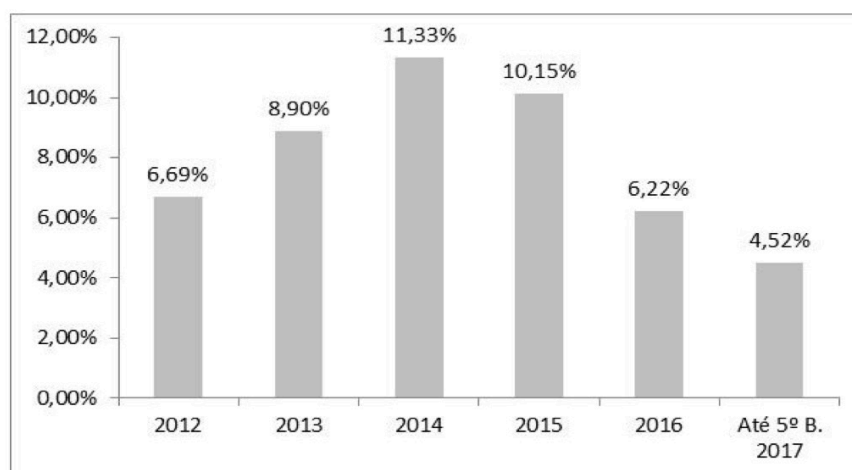
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

O gráfico acima mostra que existe uma tímida evolução nas transferências de capital em 2017, até o quarto bimestre, seguido de uma queda no bimestre seguinte. No acumulado dos últimos doze meses, verifica-se que o nível de transferências de capital segue em um patamar abaixo ao período anterior, uma queda de 34,38% em termos reais. No quinto bimestre do ano de 2017, se comparado ao mesmo período de 2016, verifica-se uma redução real de 17,38%.

Nos gráficos 14 e 15 são mostrados os comportamentos percentuais das operações de créditos e transferências de capital em relação à receita corrente líquida.

Gráfico 14 – Operações de crédito como proporção da RCL – 2012 a 5º Bim./2017

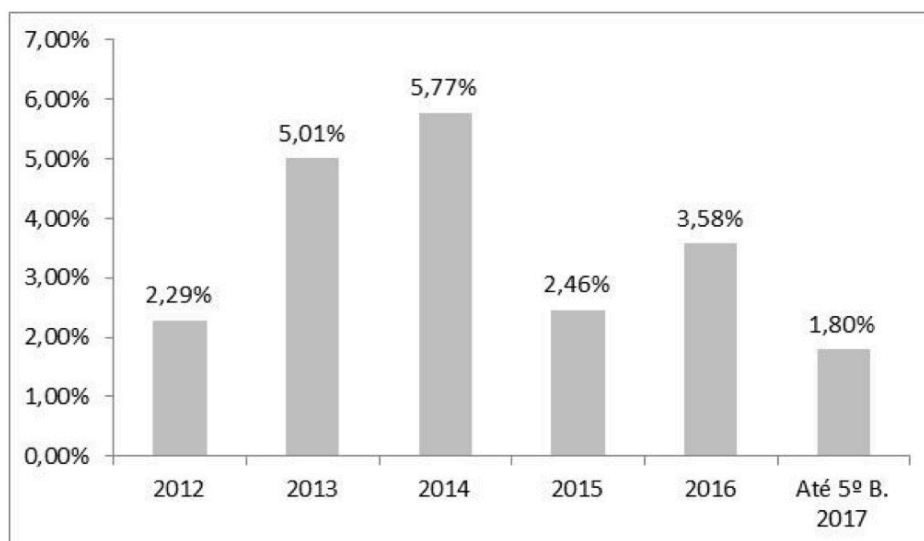
(valores em percentual (%))



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Ao inspecionar o gráfico acima, verifica-se a existência de comportamentos distintos do percentual das operações de crédito em relação à RCL no período pré-crise e pós-crise fiscal da União em 2015. O primeiro período, de 2012 a 2014, é marcado por um crescimento percentual das operações de crédito, que era acompanhado pelo crescimento da atividade econômica. O segundo período, a partir de 2015, onde foi instaurada a crise fiscal, percebe-se uma tendência decrescente do percentual das operações de crédito, acompanhando assim a recessão da atividade econômica.

Gráfico 15 – Transferências de capital como proporção da RCL – /2012 a 5º Bim./2017
(valores em percentual (%))



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Para os percentuais das transferências de capital em relação à RCL, também cabe à mesma análise realizada anteriormente, existe um crescimento percentual das transferências de capital no período pré-crise e uma queda abrupta desta depois de instaurada a crise fiscal, havendo um aumento em 2016, e até o quinto bimestre de 2017, novamente, uma queda neste percentual.

Em seguida, as tabelas 5 e 6 mostram uma síntese geral, comparando os resultados das Receitas de Capital e dos seus principais componentes. As comparações são baseadas no acumulado até o 5º bimestre e no acumulado dos últimos doze meses.

Tabela 5 - Síntese das Receitas de Capital – Resultados Acumulados no Ano

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017).

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até 5º bim./2016	Até 5º bim./2017	
Receitas de Capital	1.436,39	929,00	-35,32%
Operações de Crédito	1.071,05	655,24	-38,82%
Transferência de Capital	360,74	260,97	-27,66%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Tabela 6 - Síntese das Receitas de Capital – Resultados Acumulados nos Últimos 12 meses

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017).

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	6º bim./2015 a 5º bim./2016	6º bim./2016 a 5º bim./2017	
Receita de Capital	1.880,37	1.314,05	-30,12%
Operações de Crédito	1.453,98	739,89	-49,11%
Transferência de Capital	418,05	561,77	34,38%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

As tabelas acima mostram um cenário ainda de queda nas receitas de capital. Entretanto, devido à retomada do crescimento da economia, espera-se uma menor redução das receitas de capital para o sexto bimestre do ano corrente.

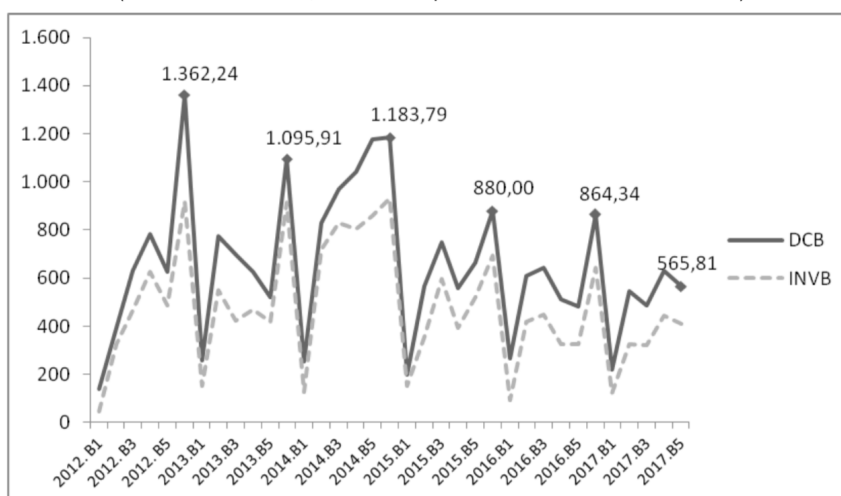
5 DESPESAS DE CAPITAL

É de suma importância avaliar as despesas de capital do Estado, pois nelas estão elencados os valores destinados à realização de investimentos públicos. Para além dos investimentos, há ainda classificados nesta categoria os gastos com inversões financeiras e amortizações da dívida pública. No Ceará, investimentos e amortizações da dívida representaram, até no quinto bimestre de 2017, 95,33% do total das despesas de capital em termos reais.

O gráfico 16 mostra o comportamento conjunto das despesas de capital e investimento, considerando o período que vai do primeiro bimestre de 2012 ao quinto bimestre de 2017. Até o quinto bimestre, o montante destinado às despesas de capital foram de R\$ 2.45 bilhões em valores reais.

Gráfico 16 – Despesas de Capital e Investimentos – 1º Bim./2012 a 5º Bim./2017

(Valores em milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017)



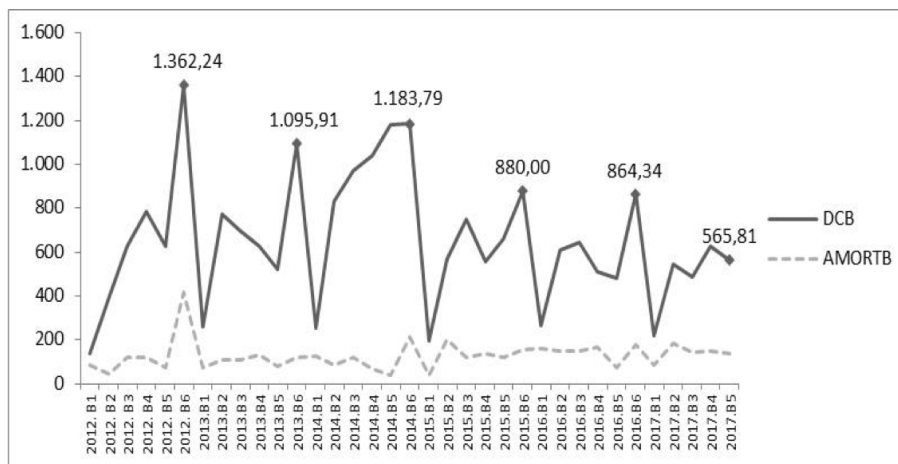
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

No gráfico acima, percebe-se que os investimentos, desde 2012, correspondem à maior parcela das despesas de capital. No quinto bimestre de 2017, os investimentos representaram, em termos reais, 72,77% do total das despesas de capital.

O gráfico 17 mostra a mesma análise de comportamento temporal citada anteriormente. Mas agora, as variáveis de análise são as Despesas de Capital e Amortização da Dívida Pública.

Gráfico 17 – Despesas de Capital e Amortização da Dívida Pública – 1º Bim./2012 a 5º Bim./2017

(Valores em milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017)



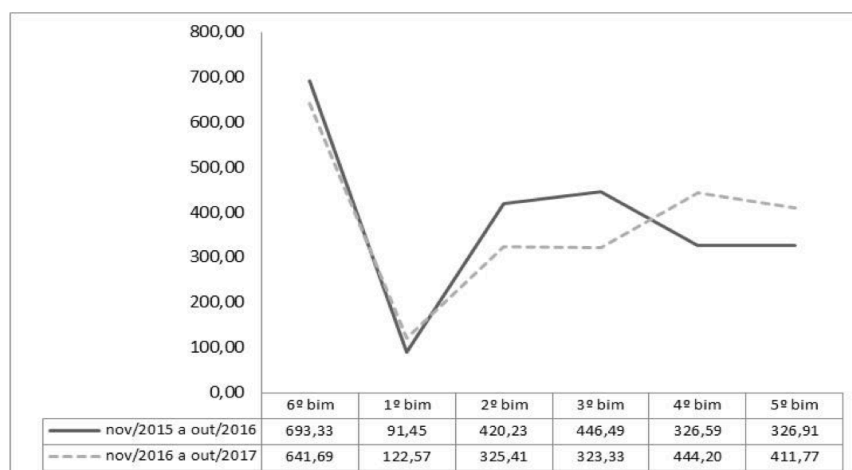
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Por inspeção visual, fica nítido que as amortizações apresentam uma participação bem menor que os investimentos nas despesas de capital. Porém, vale ressaltar que no primeiro bimestre de 2012 e no primeiro bimestre de 2016, as amortizações representaram mais de 60% das despesas de capital em termos reais. Isso se deu pelo fato de uma grande redução dos investimentos nesses períodos. No quinto bimestre de 2017, o percentual real em relação às despesas de capital foi de 24,87%.

A seguir, os gráficos 18 e 19 mostram o comportamento isolado dos dois principais componentes das despesas de capital. A análise é feita em um comparativo do acumulado dos últimos doze meses com igual período anterior.

Gráfico 18 - Investimentos – novembro/2015 a outubro/2016 X novembro/2016 a outubro/2017

(Valores em R\$ milhões, atualizadas pelo IPCA até novembro/2017)

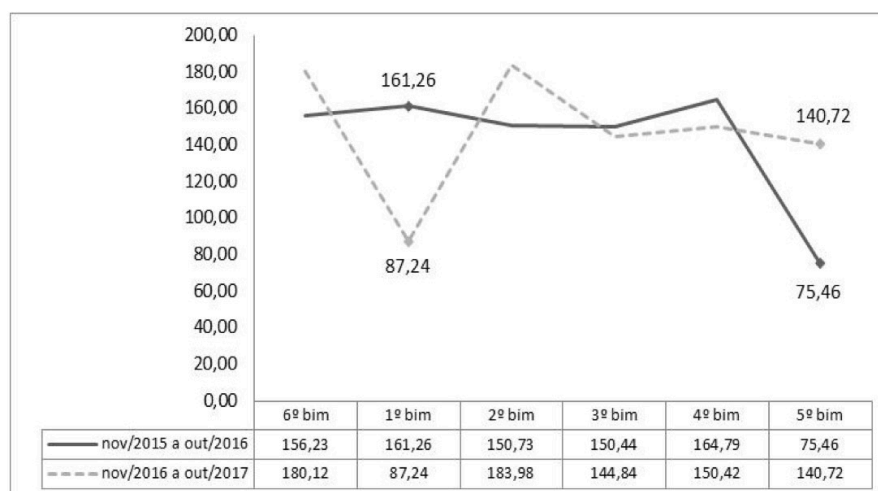


Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

No acumulado dos últimos doze meses, o montante destinado aos investimentos foi da ordem de R\$ 2,27 bilhões, representando uma redução de 1,56%, em termos reais, quando comparado ao período anterior. No acumulado do ano, devido à retomada do crescimento da economia, houve um aumento de 0,97%, em termos reais, se comparado com o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 19 – Amortizações da Dívida – novembro/2015 a outubro/2016 X novembro/2016 a outubro/2017

(Valores em R\$ milhões, atualizadas pelo IPCA até novembro/2017)



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

No que diz respeito às amortizações da dívida pública, no acumulado dos últimos doze meses, houve um aumento real de 3,31% comparado ao mesmo período anterior, resultando em um montante na ordem de R\$ 887,32 milhões. No acumulado de 2017, as amortizações foram na ordem de R\$ 707,20 milhões, 0,64% maior, em termos reais, que no mesmo período de 2016.

As tabelas 7 e 8 mostram uma síntese geral dos resultados das despesas de capital. A tabela 7 mostra o comparativo dos resultados acumulados até o 5º bimestre e a tabela 8 mostra o comparativo dos resultados acumulados dos últimos doze meses.

Tabela 7 - Síntese das Despesas de Capital – Resultados Acumulados no ano

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017).

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até 5º bim./2016	Até 5º bim./2017	
Despesas de Capital	2.512,09	2.448,90	-2,52%
Investimentos	1.611,67	1.627,27	0,97%
Amortização da Dívida	702,69	707,20	0,64%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Tabela 8 - Síntese das Despesas de Capital – Resultados Acumulados nos Últimos 12 meses

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de novembro de 2017).

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	6º bim./2015 a 5º bim./2016	6º bim./2016 a 5º bim./2017	
Despesas de Capital	3.392,09	3.313,24	-2,32%
Investimentos	2.304,99	2.268,96	-1,56%
Amortização da Dívida	858,92	887,32	3,31%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo do Resultado Primário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Nas tabelas acima, percebe-se que no acumulado de 2017 houve um ligeiro aumento tanto dos investimentos, quanto das amortizações se comparado com o mesmo período de 2016, e uma redução nas despesas de capital para o mesmo período de análise. A queda nas despesas de capital é explicada devido a uma redução de 42,13% em termos reais das inversões financeiras no acumulado até o quinto bimestre de 2017 se comparado ao mesmo período de 2016. No acumulado dos últimos doze meses, houve uma queda nas despesas de capital, principalmente motivada pela queda dos investimentos, seu maior componente.

6 RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário é um indicador de primordial importância, que tem a finalidade de medir a capacidade dos entes públicos em cumprir suas obrigações com os credores. No estado do Ceará, de maneira não usual, mas por permissão das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no cálculo do resultado primário são excluídas as despesas com investimentos em infraestrutura e o superávit primário do exercício anterior.

O resultado primário até o 5º bimestre de 2017, em termos nominais, foi de R\$ 1,1 bilhão, tirando os investimentos em infraestrutura, conforme autorização legal. O resultado corresponde, portanto, a um aumento de 3,7% em relação ao mesmo período anterior.

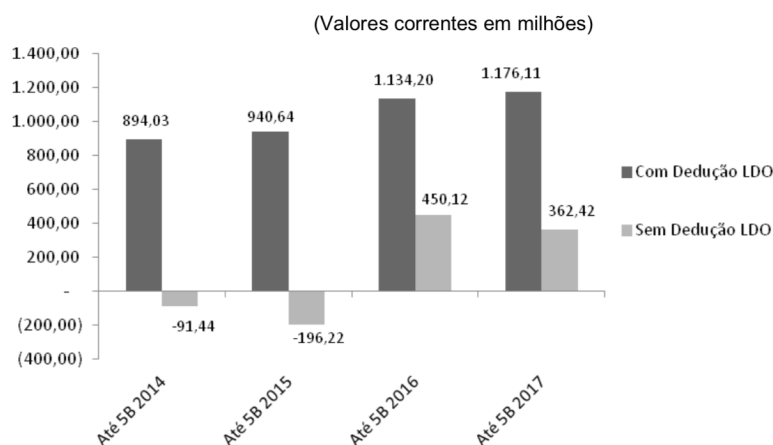
Ao considerarmos os valores despendidos com infraestrutura, no entanto, o resultado alcançado é da ordem de R\$ 362 milhões, mostrando-se bem inferior ao resultado oficial.

É relevante destacar que mesmo sendo uma prerrogativa legal a não inclusão das despesas com infraestrutura no resultado primário, a anotação dessa despesa no controle das contas públicas eleva o nível *accountability*.

No gráfico a seguir, há uma análise iniciada de 2014 a 2017, que recai sobre os cinco primeiros bimestre do período, temos o resultado primário com e sem as

despesas realizadas com infraestrutura no estado.

Gráfico 20 – Resultado Primário Acumulado até o 5º bimestre- 2014 a 2017



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo do Resultado Primário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

No período compreendido entre janeiro a outubro de 2017, o resultado primário correspondeu a 8,09% da Receita Corrente Líquida, levando-se em conta as deduções feitas pelo estado e permitidas pela LDO. Já quando consideradas as despesas com infraestrutura, temos que a participação do resultado primário representa 2,49% da RCL.

7 RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal até o 5º bimestre de 2017 foi de R\$ - 577,6 milhões, significando que a Dívida Fiscal Líquida em relação a dezembro de 2016, diminuiu nesse valor.

As tabelas 9 e 10 apresentam o desempenho da dívida pública cearense, bem como do serviço da dívida na breve série histórica abordada neste trabalho.

Após sucessivos aumentos na dívida consolidada e uma queda em 2016, até o quinto bimestre de 2017, o montante desta já é superior ao ano anterior.

No que diz respeito ao ativo disponível líquido, desde 2012, o cenário é de oscilação. Até o quinto bimestre de 2017 os resultados obtidos já são superiores a 2016, tanto em valores nominais, quanto em relação à receita corrente líquida.

Por sua vez, a dívida consolidada líquida vem mostrando uma tendência de queda desde 2015. Porém, a relação desta com a receita corrente líquida mostram variações desde 2012, com maior destaque em 2015, onde esta relação alcançou um patamar acima de 60%. Em 2017, a relação entre dívida consolidada

líquida e receita corrente líquida, até o quinto bimestre, já se encontra na ordem de 50%, resultado superior o ano de 2016.

Tabela 9 – Dívida Pública e Ativo Disponível do Estado do Ceará – 1º Bimestre/2012 ao 5º Bimestre/2017

PERÍODO	DÍVIDA CONSOLIDADA	ATIVO DISPONÍVEL LÍQUIDO		DÍVIDA CONCOLIDADA LÍQUIDA	
	(Em R\$ milhões)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)
2012	5.745,08	2.384,72	19,66%	3.360,36	27,70%
2013	6.980,85	3.039,95	22,72%	3.940,90	29,45%
2014	8.501,13	2.416,14	16,76%	6.084,98	42,20%
2015	11.113,04	1.743,23	11,49%	9.369,81	61,74%
2016	10.518,54	2.743,48	15,39%	7.775,06	43,60%
Jan. a out./2017	10.590,68	3.393,22	23,62%	7.197,46	50,10%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo do Resultado Nominal do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Considerando a variação da dívida consolidada líquida entre o quarto e quinto bimestre de 2017, o resultado nominal foi da ordem de R\$ 290,03 milhões. Apesar dos sucessivos aumentos no quarto e quinto bimestre da dívida consolidada líquida, o resultado até o momento é de uma redução da ordem de R\$ 577,60 milhões na dívida cearense, como já dito anteriormente.

Tabela 10 – Serviço da Dívida Pública e Rendimento Financeiro do Estado do Ceará – 1º Bimestre/2012 ao 5º Bimestre/2017

PERÍODO	JUROS E ENCARGOS	AMORTIZAÇÕES	SERVIÇO DA DÍVIDA	
	(Em R\$ milhões)	(Em R\$ milhões)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)
2012	247,1	687,04	934,14	7,70%
2013	246,48	527,67	774,15	5,79%
2014	297,66	595,82	893,48	6,20%
2015	414,56	689,35	1103,91	7,27%
2016	446,08	846,78	1292,85	7,25%
Jan. a out./2017	352,06	699,65	1.051,71	7,32%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo do Resultado Primário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Como vem ocorrendo nos últimos bimestres, a situação cearense é de controle da sua dívida. Até o quinto bimestre de 2017, a relação entre serviço da dívida e receita corrente líquida apresenta um percentual de 7,32%, resultado bem abaixo do limite estipulado na resolução nº 43/2001 do Senado Federal, 11,5%. Logo, pode-se inferir que não estão impostas restrições quanto ao estoque da dívida, tendo em vista que não há necessidade de estabelecer cortes na dívida pública.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou diversos indicadores fiscais do estado do Ceará. As evidências expostas permitem afirmar que o Ceará tem sido impactado negativamente com a grave crise fiscal da União. Entretanto, não obstante o cenário negativo, as finanças públicas cearenses tem mantido equilíbrio, quando comparada com as demais unidades federativas.

O principal complicador da atual conjuntura econômica do Ceará é a redução real das receitas próprias e das transferências da União provocada, em última análise, pela retração da economia.

Os dados apresentados neste artigo evidenciam que o Ceará convive com a escassez de receitas em situação privilegiada, diante das outras unidades federadas, por ter baixo nível de endividamento e capacidade de poupança. O ajuste fiscal, conduzido pelo governo cearense ainda em 2015, buscou incrementar as receitas próprias por meio de alterações legislativas e reduzir as despesas não obrigatórias. Aparentemente a política foi exitosa, mantendo as contas públicas estaduais ainda bem distantes da insolvência. Em relação aos cinco primeiros bimestres de 2017, impulsionada pelo crescimento real do ICMS e do FPE, a receita corrente líquida apresentou crescimento real de 0,76% em relação ao mesmo período de 2016.

A receita tributária apresentou crescimento de 7% quando comparada com o resultado de 2016. É possível observar ainda que o ICMS representou 80% da receita tributária no período, e apresentou aumento real de 3,06% na comparação direta com 2016.

Em relação aos gastos com pessoal e encargos sociais, registrou-se um acréscimo real de 1,68%, enquanto as despesas com juros e encargos da dívida apresentaram queda real de 5,52%, sempre em comparação com o mesmo período de 2016. Tal movimento demonstra a rigidez de componentes significativos das despesas correntes.

A maioria das despesas do estado do Ceará são obrigatórias e têm forte associação à inflação, impedindo assim, reduções significativas. Aparentemente, os limites relativos à contenção de despesas sem forte impacto no funcionamento da máquina estatal já foram atingidos. Salvo bem-vindos ganhos de eficiência no gasto público, não se vislumbra mais oportunidades para a contenção da remuneração dos servidores públicos e a redução dos investimentos. Sinais de que essas políticas contracionistas alimentam a crise econômica e consequentemente reduzem a receita, retroalimentando a crise fiscal, são evidentes em todo o país.

Considerando essas limitações, a gestão da crise fiscal no Estado do Ceará deve buscar a ampliação da receita, adotando políticas para melhorar o desempenho da administração tributária. Além disso, é necessário avaliar e eliminar, se for caso, incentivos e benefícios ao setor privado, além de rever a legislação tributária, adequando a real capacidade dos contribuintes de pagarem os tributos estaduais com base nas margens de lucro do mercado.

REFERÊNCIAS

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, 2001 a 2017**. Disponível em: <http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf.asp>. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

APÊNDICE I GLOSSÁRIO

A

• **Amortizações:** pagamento total ou parcial do principal da dívida pública.

B

• **Balanco Orçamentário:** demonstrativo contábil regulamentado pela Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em que se apresentam as receitas e despesas previstas e despesas fixadas, suas execuções e o resultado orçamentário do período.

C

• **Convênios:** receitas recebidas de terceiros para aplicação em despesas correntes ou de capital.

D

• **Despesa com Pessoal:** seu conceito é definido no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde estão enumerados os somatórios dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas.

• **Despesa Corrente:** aplicação de recursos públicos na realização de gastos necessários à manutenção e ao funcionamento de serviços públicos já existentes.

• **Despesas de Capital:** despesas destinadas a atender investimentos, criação de novos serviços, inversões financeiras e amortizações da Dívida Pública.

• **Disponibilidade de Caixa:** recursos financeiros disponíveis, incluindo as aplicações financeiras.

• **Dívida Consolidada:** são os empréstimos contraídos pelo Estado em longo prazo mais os títulos de capitalização de recursos emitidos pelo Estado.

• **Dívida Consolidada Líquida:** empréstimos de longo prazo menos os recursos financeiros disponíveis, deduzidos das obrigações de curto prazo. O resultado são

as obrigações líquidas que o Estado tem com terceiros.

E

- **Encargos Sociais:** custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários.

F

- **Fundo de Participação dos Estados (FPE):** são transferências de recursos para os Estados e o Distrito Federal previstas na Constituição Federal relativas à parte do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

I

- **Inversões Financeiras:** despesas de capital com aquisição de imóveis, de bens de capital, já em utilização, aquisição de títulos representativos de capital de entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando tal, constituição não importe em aumento de capital, constituição ou aumento de capital de entidades que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações de crédito bancárias ou de seguros.
- **Investimentos:** as Despesas de Investimentos são aquelas necessárias ao planejamento e à execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

J

- **Juros e Encargos da Dívida:** são os recursos destinados ao pagamento dos encargos financeiros da dívida consolidada.

O

- **Operações de Crédito Externas:** empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado externo, ou seja, fora do país.
- **Operações de Crédito Internas:** empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado interno, ou seja, dentro do próprio país.

Q

- **Quociente do Equilíbrio Orçamentário:** razão resultante da divisão entre a previsão inicial da receita e a dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante da Lei Orçamentária Anual.
- **Quociente de Execução da Despesa:** indicador que examina a relação entre as despesas fixadas e as despesas realizadas. É resultante da relação entre a despesa executada e dotação atualizada.
- **Quociente de Execução da Receita:** indicador que mede a eficiência da previsão

de arrecadação dos entes públicos e é obtido da relação entre a receita realizada e a previsão atualizada da receita.

- **Quociente da Execução Orçamentária Corrente:** divisão entre a receita corrente e a despesa corrente que mostrará se houve superávit ou déficit orçamentário no período.
- **Quociente do Resultado Orçamentário:** a relação entre a receita arrecadada e a despesa realizada demonstrando se houve superávit ou déficit orçamentário no período. Se a receita for maior que a despesa haverá superávit orçamentário, se ocorrer o contrário haverá déficit.

R

- **Receitas de Capital:** receitas arrecadadas provenientes de operações de créditos, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos, transferências financeiras para aplicação em despesas de capital e outras fontes de recursos destinados a atender despesas de novos serviços a serem criados.
- **Receitas de Contribuições:** contribuições sociais e econômicas. As contribuições sociais são aplicadas em despesas com saúde, assistência e previdência. As contribuições econômicas são aplicadas em despesas constantes no orçamento fiscal.
- **Receitas Correntes:** receitas destinadas a manter a máquina pública, compondo um importante instrumento de financiamento dos programas voltados às políticas públicas.
- **Receita Corrente Líquida:** receita corrente deduzida das transferências constitucionais a outros entes da Federação e da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
- **Receita Derivada:** receitas arrecadadas pelo Estado através do seu poder soberano. São exemplos de receitas derivadas os tributos e as contribuições. Todos definidos em Lei.
- **Receitas Originárias:** receitas arrecadas pelo Estado através de sua atividade comercial, industrial ou prestação de serviços, além de rendimentos do seu patrimônio: alugueis e rendimentos de aplicações financeiras.
- **Receita Patrimonial:** receita resultante da exploração do patrimônio do Estado, não possuindo caráter tributário.
- **Receitas Primárias Correntes:** receitas correntes deduzidas dos juros de aplicações financeiras.
- **Receita Pública:** recursos arrecadados pelo Estado, provenientes de receitas próprias e transferências constitucionais ou não, com a finalidade de custear despesas tais como educação, saúde, segurança, meio ambiente, dentre outras, bem como as despesas com investimentos destinados a novos serviços para atender às necessidades da sociedade.
- **Receita Tributária:** receitas que o Estado obtém resultantes da arrecadação

dos tributos.

- **Rendimento de Aplicações Financeiras:** espécie de receita patrimonial formada pelos juros das aplicações no mercado financeiro.
- **Resultado Nominal:** variação da dívida do Estado de longo prazo.
- **Resultado Primário:** diferença entre as receitas primárias e despesas primárias que servirão para pagamento da dívida consolidada.
- **Resultado do Orçamento de Capital:** divisão entre a receita de capital e a despesa de capital.

T

- **Transferências Correntes:** recursos financeiros recebidos de outros entes federativos, de natureza constitucional ou legal, para aplicar em despesas correntes e de capital.

APÊNDICE II NOTAS METODOLÓGICAS

1. Alguns relatórios contábeis utilizados para elaboração deste ensaio apresentam as despesas públicas em dois estágios: despesa empenhada e despesa liquidada. Objetivando padronizar a exposição e considerando que as despesas são computadas pelo empenho (Art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/1964), este ensaio, salvo menção explícita em contrário, utiliza as despesas empenhadas.

2. A capacidade de investimentos com recursos próprios, especificada na Tabela 8, foi estimada pelas seguintes expressões:

$$ResPCor = RecPrimCor - DesPrimCor$$

Onde: $ResPCor =$ Resultado Primário Corrente

$RecPrimCor =$ Receita Primária Corrente

$DesPrimCor =$ Despesa Primária Corrente

$$S = ResPCor + AplFin - ServDiv$$

Onde: $S =$ Capacidade de Investimento com Recursos Próprios

$ResPCor =$ Resultado Primário Corrente

$Apl =$ Rendimento de Aplicações Financeiras

$ServDiv =$ Serviço da Dívida Pública

3. O cálculo do percentual do investimento realizado com recursos próprios, especificado na Tabela 9, foi estimado como resíduo pela seguinte expressão:

$$InvRPro = \frac{Inv - ConvCap - OpCred - OutRecCap}{Inv}$$

Onde: *InvRPro* = Percentual do Investimento com recursos próprios

Inv = Investimento

ConvCap = Receitas de Capital de Convênios

OpCred = Operações de Créditos contratadas

OutRecCap = Outras Receitas de Capital

Realização:



Apoio:

